



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

MARIA APARECIDA OLIVEIRA NASCIMENTO ALMEIDA

**DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO TERRITÓRIO DE SÃO
FRANCISCO DO CONDE/BA: UM OLHAR SOBRE O ATENDIMENTO
EDUCACIONAL À POPULAÇÃO RURAL DO RECÔNCAVO BAIANO**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2020

MARIA APARECIDA OLIVEIRA NASCIMENTO ALMEIDA

DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO TERRITÓRIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE/BA: UM OLHAR SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL À POPULAÇÃO RURAL DO RECÔNCAVO BAIANO

Projeto de Pesquisa do Curso de Bacharelado em Humanidades sediado no Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Craice da Silva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2020

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	OBJETIVOS	5
2.1	GERAL	5
2.2	ESPECÍFICOS	5
3	JUSTIFICATIVA	7
4	REVISÃO TEÓRICA/REFERENCIAL TEÓRICO/MARCO TEÓRICO	9
4.1	A POLÍTICA EDUCACIONAL NAS ÁREAS RURAIS NO BRASIL	9
4.2	DA EDUCAÇÃO RURAL À EDUCAÇÃO DO CAMPO	11
4.3	EDUCAÇÃO NAS ÁREAS RURAIS EM SÃO FRANCISCO DO CONDE/BA	14
5	METODOLOGIA	16
6	CRONOGRAMA	18
	REFERÊNCIAS	19

1 INTRODUÇÃO

Ao tratar-se da Educação do Campo estamos nos referindo ao atendimento educacional de sujeitos que vivem e produzem no meio rural. Apesar dos direitos constitucionais, essa população ainda sofre com a exclusão educacional e o analfabetismo. Por isso carecem de ações educacionais voltadas para as crianças, jovens e adultos que vivem em um contexto menos favorecido, se comparado ao contexto urbano.

Para além da alfabetização, o que se espera da Educação do Campo é a garantia do direito aos conteúdos e conhecimentos necessários ao desenvolvimento dos camponeses, sem restrição. De acordo com Pinto et al. (2006) a perspectiva de Educação de Campo compreende que a população do campo também carece de outros direitos, que apesar de parecerem simples são essenciais, tais como: saneamento básico, energia elétrica, merenda escolar, professores qualificados, além da manutenção de direitos e conceitos que cada camponês têm dentro de sua perspectiva de vida e cultura.

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) a educação é um direito de todos os cidadãos, além de ser um dever do estado e da família e deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, com isso destaca-se a educação como direito de todos inclusive dos camponeses. Cabe ao poder público o atendimento das demandas de um povo que possuem os mesmos direitos dos demais cidadãos da zona urbana.

Cabe destacar que segundo Faccio (2012) historicamente os camponeses têm enfrentado lutas para obter a sua sobrevivência com credibilidade e sustentabilidade. A manutenção do domínio da terra nas mãos de latifundiários tem contribuído para a opressão dos pequenos camponeses, trabalhadores e trabalhadoras, que além de lutar por um pedaço de terra para o sustento de suas famílias, também buscam uma educação que contribua para o desenvolvimento de seus filhos e ajude a promover a sua emancipação social.

Destaca-se ainda que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96 (BRASIL, 1996) no seu artigo 28 apresenta a oferta da educação para a população camponesa com a possibilidade de realização de adaptações e adequações as

peculiaridades da vida rural de cada região. A LDB (BRASIL, 1996) chama atenção para a possibilidade de que na oferta educacional as populações do campo, sejam realizadas adequações no que se refere aos conteúdos, metodologias, bem como da organização escolar, inclusive no que se refere ao calendário escolar.

O município de São Francisco do Conde, localizado no Recôncavo da Bahia, de acordo com dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)¹ conta com uma população estimada de 33 183 habitantes, sendo que 27 391 habitantes residem na zona urbana e 5 792 habitantes residem na zona rural do município. Ainda com base em informações do IBGE² o quantitativo de alunos matriculados na Educação infantil em 2018 foi de 2 345 estudantes na rede municipal de ensino e um total de 5 709 alunos matriculados no Ensino Fundamental em escolas da rede municipal. Diante das informações referentes aos estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no município torna-se pertinente questionar: Quais as características do atendimento educacional ofertado para a população residente nas áreas rurais do município de São Francisco do Conde? E quais os principais desafios enfrentados pelos estudantes para ter acesso ao ensino formal na zona rural do município?

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Entender se a educação formal implementada nas escolas situadas nas áreas rurais de São de Francisco do Conde se aproxima da ideia de Educação do Campo.

2.2 ESPECÍFICOS

- Levantar informações sobre as escolas das rurais de São Francisco do Conde.

¹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-francisco-do-conde/panorama>. Acesso em: 17/11/2019.

² Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-francisco-do-conde/pesquisa/13/78117> . Acesso em: 17/11/2019.

- Verificar os índices de matrículas de alunos nas escolas do campo e se houve fechamento de escolas nos últimos anos.
- Verificar a existência de ações e programas voltados para o contexto educacional da população do campo.

3 JUSTIFICATIVA

O meu interesse em estudar a Educação do Campo surge da minha vivência familiar no contexto rural do município de Coaraci/BA. Meu pai foi um camponês, trabalhador rural nas lavouras de cacau do Sul da Bahia, desde cedo precisou trabalhar na roça e não teve acesso a escola, de modo que minha mãe precisou mudar comigo e meus irmãos para a zona urbana em busca de oportunidade de estudo para seus filhos. A minha inquietação pelo tema parte de minha própria trajetória de vida, pois vivenciei na prática a realidade da ausência de escolas na zona rural.

Devido ao sentimento de inferioridade vivenciado por minha família e a vida dura que meus pais tinham na zona rural, minha mãe sempre acreditou que a educação era o melhor caminho para os seus filhos. Diante dessa problemática que vivenciei desde cedo na zona rural de Coaraci, me sinto motivada a conhecer melhor a realidade de oferta educacional para a população que vive no meio rural no território de São Francisco do Conde/BA.

A realização desta pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar as discussões no que diz respeito ao atendimento educacional das populações nas áreas rurais do município de São Francisco do Conde que se localiza no Recôncavo Baiano. Cabe destacar que é nas áreas rurais que se encontra os mais elevados índices de analfabetismo e que as populações camponesas sofrem historicamente com a precariedade no que se refere à garantia de seus direitos fundamentais, dentre eles o direito a educação como destacado por Pinto et al. (2006) “Os índices de analfabetismo do Brasil são bastante elevados. Na área rural esses dados são ainda mais preocupantes” (p.17).

Como resultado deste estudo, espera-se obter informações sobre a situação escolar das populações que vivem na zona rural de São Francisco do Conde, sejam eles moradores das ilhas, distritos, comunidades quilombolas e recantos mais afastados do município. Vale apenas ressaltar que de acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2001) trata-se de uma compreensão da diversidade que abarca o rural/campo brasileiro:

A Educação do Campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os

espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (BRASIL, 2001, p. 267).

Outro fator a ser considerado é a necessidade de conhecermos mais profundamente quais são as políticas e programas educacionais que estão sendo implementados para garantir o direito a uma educação de qualidade para os camponeses franciscanos.

4 REVISÃO TEÓRICA/REFERENCIAL TEÓRICO/MARCO TEÓRICO

4.1 A POLÍTICA EDUCACIONAL NAS ÁREAS RURAIS NO BRASIL

Segundo Lira e Melo (2010) no século XIX foram registradas algumas poucas e dispersas iniciativas educacionais nas áreas rurais brasileiras, mas as mesmas não tiveram êxito. Foi somente a partir de 1930 que ocorreram programas efetivos de escolarização para as populações camponesas. O ruralismo pedagógico durante esse período teve como objetivo a fixação do homem no campo, em sua terra de origem. Sobre o movimento do Ruralismo Pedagógico Caldart et al. (2012) destaca:

Aqueles que propunham uma pedagogia diferenciada para as populações rurais, identificados com o “ruralismo pedagógico”, defendiam a existência de uma escola que preparasse os filhos dos agricultores para se manterem na terra e que, por isso mesmo, estivesse associada ao trabalho agrícola e adaptada às demandas das populações rurais. Porém, essa concepção, como outras carregadas de “boas intenções”, permaneceu apenas no discurso (CALDART; et al., 2012, p. 296).

Embora o ruralismo pedagógico aparentemente demonstre uma preocupação com a condição educacional das populações rurais, Lira e Melo (2010) apontam para o caráter “instrumentalista/utilitarista e idealista” que busca manter ou fixar o homem no campo sem lhe garantir condições dignas de vida, tais como; trabalho, lazer e condições de habitação e moradia, ou seja, era uma proposta educacional que não estava verdadeiramente engajada com a melhoria da qualidade de vida da população camponesa.

Em seus estudos bibliográficos sobre a oferta educacional no campo ao longo da história brasileira Lira e Melo (2010) também chamam atenção para a ausência de iniciativas que considerassem de maneira séria a formação de professores para atuar nas áreas rurais brasileiras “os governos, ao invés de promover a criação de escolas normais rurais para a capacitação de professores ruralistas, optaram pela criação de um curso, com duração de três a quatro meses, fornecido pelas escolas normais já existentes” (p. 05).

Outro importante a ser considerado no que se refere ao comprometimento do poder público nacional com a educação da população camponesa no Brasil é a existência de uma multiplicidade de cursos nas décadas de 40 e 50 que eram voltados para o atendimento educacional dessas populações. Lira e Melo (2010) vão

caracterizar esses cursos de “rápidos e práticos” o que aponta para uma ausência de compromisso real com a garantia do direito a educação para os povos rurais.

Ao fazer uma análise histórica das iniciativas educacionais no campo brasileiro Lira e Melo (2010) chamam atenção para uma importante participação de camadas da população propondo ações educativas que buscavam romper com os cursos rápidos oferecidos pelo governo estabelecendo assim propostas educacionais vinculadas a realidade da população, eram os chamados de “Programas Integrados para o Meio Rural”.

Com a participação de educadores ligados a universidades, movimentos religiosos e partidos de esquerda, nesse mesmo período, um importante movimento de educação popular se instaura, tendo em vista o incentivo à participação política das camadas populares, entre elas as do campo, e à criação de iniciativas pedagógicas condizentes com a cultura e as necessidades educacionais brasileiras, se contrapondo, dessa maneira, à importação de práticas pedagógicas alheias à realidade nacional (LIRA; MELO, 2010, p. 11).

Apesar das iniciativas educacionais populares no campo brasileiro Lira e Melo (2010) alertam que com a ditadura militar em 1964 e a forte repressão policial e política no contexto brasileiro muitas dessas iniciativas populares foram banidas pelo governo. As iniciativas educacionais que verdadeiramente estão ligadas as demandas da população camponesa só voltam a surgir no Brasil a partir da década de 80 contando com a forte participação dos Movimentos Sociais. Sobre a participação desses movimentos de luta pelos direitos dos povos do campo destacam-se algumas organizações:

Nesse particular, é relevante evidenciar os movimentos sociais que mais ganharam destaque no desenvolvimento de experiências educativas na área da educação para o meio rural, tanto em parceria com sistema oficial de ensino, quanto fora deste: o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, a Contag – Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura, a CPT – Comissão Pastoral da Terra e os CEFFAs – Centros Familiares de Formação por Alternância (LIRA; MELO, 2010, p. 14).

Percebe-se então, que a elaboração de propostas educacionais mais apropriadas e preocupadas com o bem estar da população rural está ligada aos movimentos populares e aos movimentos sociais que historicamente têm lutado pelos direitos dessa parcela da população brasileira. As ações do poder público ao

longo da história foram pontuais e como destaca Lira e Melo (2010) “rápidas e utilitaristas”.

4.2 DA EDUCAÇÃO RURAL À EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ao tratar da Educação do Campo é importante fazermos um resgate histórico desse movimento. Segundo Bezerra Neto e Bezerra (2011) aqueles que defendem a Educação do Campo apontam que os camponeses foram historicamente excluídos do acesso aos direitos e as políticas educacionais e que, a partir dos anos 1980, uma parte da sociedade passou a lutar por esses direitos.

Neste ponto que iniciam-se os debates por uma Educação do Campo no Brasil voltada para defender a busca por ações educacionais que atendessem a os povos do campo. Para Bezerra Neto e Bezerra (2011) o movimento pela Educação do Campo nasceu no interior dos movimentos sociais, especialmente no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que defendiam uma escola diferente nos anos 1990.

Para Borges (2012) foi nos movimentos sociais, principalmente no MST, que se iniciaram as cobranças frente ao poder público, na época o governo de Fernando Henrique Cardoso e depois com o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, lutando por políticas específicas para atender a população camponesa na sua realidade.

Borges (2012) apresenta o protagonismo dos movimentos sociais no processo, destacando o papel desempenhado pelo MST que atuou para organizar a Articulação Por uma Educação do Campo. Esta articulação culminou com a realização do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (Enera), que ocorreu em 1997, e contou com a participação de diversas organizações sociais, tais como: o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (Unesco), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), além da Universidade de Brasília (UNB). Todas essas entidades fizeram a composição da I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo.

De acordo com Bezerra Neto e Bezerra (2011), os resultados alcançados no Enera levou ao desafio de uma proposta educacional a partir do campo e que considerasse as suas singularidades, ou seja, tempo, espaço, ambiente e modo de

viver e se organizar. A partir de então surge a Conferência Nacional de Educação do Campo (CNEC) e que posteriormente, com a articulação com o Governo Federal, foi criado o Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que é considerado como uma grande conquista em relação a situação educacional das populações do campo.

Peres (2013) ao realizar um estudo sobre o analfabetismo no semiárido nordestino chama atenção para as razões históricas que contribuíram para os elevados índices de analfabetismo nas áreas rurais:

Tradicionalmente a escola foi concebida como uma invenção da sociedade capitalista industrial em geral, e da cidade em particular, destinada a preparar as elites para governar e a camada popular para ser mão de obra (governada). Por isso o campo não se constituiu historicamente como espaço prioritário para ações institucionalizadas do Estado, através de diferentes políticas públicas e sociais, e nem políticas econômicas de desenvolvimento local e regional (PERES, 2013, p. 36).

Conforme apresentado por Peres (2013) as áreas rurais e suas populações não foram historicamente consideradas por políticas de estado que buscassem garantir a esses povos um conjunto de direitos sociais, dentre eles a educação. Ao que parece a escola não foi pensada para as populações de trabalhadores rurais, que com o passar do tempo foram relegadas a mão de obra braçal, e que não carecia de estudo.

Outro aspecto destacado por Peres (2013) diz respeito a singularidade e a diversidade que contempla os povos das áreas rurais que é composto por “camponeses, agricultores e extrativistas (assentados, sem terras, ribeirinhos), trabalhadores do campo (assalariados, meeiros, e etc.), pescadores, quilombolas, indígenas e povos da floresta” (PERES, 2013, p. 36). De modo que os camponeses têm vivenciado desde a colonização por diversas situações de exploração da sua mão de obra e pelo desprezo e negação do rural.

Também tratando da riqueza e da diversidade que permeia o rural e que tem suscitado ao longo do tempo a exploração e negação por partes das elites sociais, Souza *et. al.* (2017) apontam para a valorização da identidade rural e de suas singularidades, ou seja, faz-se necessário pensar uma educação que considere as demandas e as especificidades da cultura camponesa. “Diante desse contexto a escola rural é concebida como um lugar de construção e de socialização de

conhecimentos e deve privilegiar os saberes da população local” (SOUZA *et. al.*, 2017, p. 26).

Segundo Fonseca e Mourão (2012) o termo educação rural está sendo substituído e em seu lugar temos o surgimento da Educação do Campo. Tal modificação está associada aos movimentos sociais que compreendem que a luta camponesa propõe a construção de um outro modelo de educação muito mais amplo e ligado diretamente ao campo, que é considerado como um espaço de vida e que busca políticas públicas específicas. Fonseca e Mourão (2012) defendem que:

Nessa perspectiva, não cabe mais o termo “Educação rural”, já que este subentende uma educação pensada e executada pelas elites dominantes. O termo “Educação no campo” pressupõe o redimensionamento da educação do trabalhador no campo, a partir do próprio trabalhador que cria e recria os processos educativos (FONSECA; MOURÃO, 2012, p. 289).

A concepção de Educação do Campo pensa a escola de outra maneira, não como um lugar no qual se vai transmitir conhecimentos “superiores” aos camponeses, mas como um espaço de troca de saberes, a partir da vida daqueles que estão inseridos no campo.

Pinto *et al.* (2006) apontam que a concentração de terras e o êxodo rural foram sempre marcantes na história do Brasil. Ao que parece não havia problemas no campo, mas com o surgimento dos movimentos sociais pós ditadura as questões sobre as condições de vida e trabalho no campo vieram a tona.

Pinto *et al.* (2006) mostram que a retomada de discussões envolvendo o campo brasileiro durante o governo Lula (a partir de 2003) com a elaboração de uma política voltada para a implementação da reforma agrária. Apesar da intensa urbanização das últimas décadas quase 32 milhões de pessoas ainda vivem no campo brasileiro. Apresentam que a população que vive no campo encontra-se em grande desvantagem financeira e educacional, se comparado aos que vivem nas cidades.

Outro fator destacado pelos autores diz respeito à escolarização do Ensino Médio para a população de 15 anos ou mais no campo brasileiro no qual quase metade da população do campo encontra-se em nível de desigualdade de aprendizagem.

Segundo Pinto *et al.* (2006) o índice de analfabetismo no meio rural brasileiro é altíssimo, sendo o número da população adulta 29,8% de analfabetos, enquanto

na cidade essa taxa é de 10,3% evidenciando assim a desigualdade quanto ao aspecto educacional entre campo e cidade. Também consideram que praticamente não houve avanço no atendimento das demandas do ensino pré-escolar no Ensino Fundamental.

Ainda quanto a oferta da educação no campo brasileiro, Pinto et al. (2006) mostram que grande parte dos alunos que frequentam as escolas rurais encontram-se em situação atraso escolar, ou seja distorção entre idade e ano escolar, quando o aluno está com a idade avançada para determinado ano escolar. Observam ainda que quanto a forma do ensino dos estudantes do meio rural dois fatores merecem destaque: o capital sociocultural e a qualidade da oferta educacional.

Quanto à qualidade do ensino para as populações do campo chamam atenção para a precariedade que são ainda mais graves nesse contexto. No que se refere ao desempenho escolar apontam que existe uma relativa desigualdade quando comparado níveis de proficiência média entre alunos de 4º a 8º ano do campo em comparação aos alunos das escolas urbanas.

4.3 EDUCAÇÃO NAS ÁREAS RURAIS EM SÃO FRANCISCO DO CONDE/BA

Segundo informações obtidas junto à Secretaria Municipal de Educação de São Francisco do Conde, o município conta atualmente com 32 escolas localizadas na área rural do município, que envolve os distritos, povoados e ilhas. Quanto aos alunos matriculados nas escolas do campo soma-se um total de 4611 estudantes.

A seguir apresenta-se no Quadro 1 as escolas rurais do município e as localidades em que estão inseridas:

Quadro 1 - Escolas do campo de São Francisco do Conde

Nº	Escola	Localização	Localidade
01	Abdon Caldeira	Rural	Socorro
02	Almir Pinto da Cunha	Rural	Campinas
03	Alvaro Rodrigues	Rural	Jabequara Da Areia
04	Bento Gonçalves	Rural	Jabequara Da Areia
05	Ana Tourinho Junqueira Ayres	Rural	Macaco
06	Anisio Teixeira	Rural	Engenho de Baixo
07	Antonina Olimpia Pessoa da Silva	Rural	Roseira
08	Antonio Balbino	Rural	Ilha das Fontes
09	Cantinho da Alegria	Rural	Caípe de Baixo
10	Cantinho da Alegria (anexo)	Rural	Caípe de Cima
11	Ceas	Rural	Caípe de Cima
12	Cecba	Rural	Monte Recôncavo
13	Creche Escola Menino Jesus	Rural	Jabequara da Areia
14	Creche Leonor Teixeira	Rural	Gurugé
15	Creche Escola o Girassol	Rural	Santo Estevão
16	Creche Escola Rural do Guruge	Rural	Gurugé
17	Iromar Silva Nogueira	Rural	Caípe de Baixo
18	Joao Seabra de Almeida Veloso	Rural	Muribeca
19	Joaquim Alves Cruz Rios	Rural	Pitangueira
20	Joaquim Ignacio de Aragão Bulcão	Rural	Coroado
21	Luziene Amalia Santos Rocha	Rural	Muribeca
22	Vera Maria F. De Santana	Rural	São Bento
23	Maria da Conceição Carvalho	Rural	Madruga
24	Maria Lucia Alves	Rural	Caípe de Cima
25	Navarro de Brito	Rural	Socorro
26	Fagundes Varela	Rural	Santo Estevão
27	O Soldado Desconhecido	Rural	Santo Estevão
28	Osorio Vilas Boas	Rural	Muribeca
29	Bem-Me-Quer	Rural	Paramirim
30	Rural Jabequara das Flores	Rural	Jabequara das Flores
31	São Bento das Lajes	Rural	São Bento
32	São Roque	Rural	Ilha do Pati

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2019).

5 METODOLOGIA

Nesta pesquisa nos nortearmos por uma abordagem de caráter qualitativo que segundo Demo (1998) é uma perspectiva metodológica que está mais dedicada aos aspectos qualitativos da realidade estudada, estabelecendo um olhar prioritário para eles.

Intenciona-se realizar uma investigação exploratória sobre as características de atendimento educacional nas áreas rurais do município de São Francisco do Conde no Recôncavo baiano. Para tanto estabelecemos alguns instrumentos de obtenção das informações, são eles: 1) análise documental sobre a condição da oferta educacional nas escolas do campo do município. Na análise documental será realizada uma visita a Secretaria Municipal de Educação de São Francisco do Conde para apresentação dos objetivos da pesquisa e obtenção de informações referentes ao número de escolas nas áreas rurais e as regiões e comunidades atendidas. 2) Entrevista semi-estruturada sobre as políticas educacionais ofertadas para a população do campo. Nesta etapa será realizada uma entrevista com o coordenador responsável pela educação do campo no município, levantando informações sobre as principais políticas educacionais que são destinadas para as comunidades rurais de São Francisco do Conde. Serão apresentadas as seguintes questões: Quantas escolas do campo o município de São Francisco do Conde possui atualmente? Em que regiões rurais, distritos ou ilhas estão localizadas essas escolas? Qual o número estimado de alunos matriculados nas escolas do campo? Quais são os programas específicos para as escolas do campo em São Francisco do Conde? Quais os segmentos ou níveis de ensino são ofertados nessas escolas? Os professores das escolas do campo recebem alguma capacitação específica para atuar no contexto do campo? Como funciona a política de transporte para os alunos que estudam em regiões rurais distantes em que não há escola perto de casa? Existem escolas multisseriadas nas áreas rurais do município? Como as multisseriadas estão organizadas? Existe uma política no município voltada para a construção e manutenção das escolas do campo? Como funciona? 3) Realização de observação em duas escolas do campo de São Francisco do Conde (sendo uma mais próxima da zona urbana e outra mais distante da sede). Nas visitas de observação espera-se contrastar as informações levantadas na análise documental e no questionário com a realidade apresentada nessas escolas. 4) Caderno de “campo”, no qual serão

anotadas todas as informações observadas pela pesquisadora durante as visitas a secretaria municipal de educação e as escolas nas áreas rurais.

As informações obtidas serão organizadas e tabuladas em quadros e tabelas para possibilitar uma melhor visualização dos dados. Todas as informações serão analisadas com base na legislação que trata sobre a educação do campo e com nos referenciais teóricos que estudam a temática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. L. S. **O campo na cidade**: implicações para a efetivação do direito a educação escolar. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Ilhéus/BA: Universidade Estadual de Santa Cruz. Curso de Licenciatura em Pedagogia, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei n.º 9.394**, de 26 dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1996.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **CIDADES**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-francisco-do-conde/pesquisa/13/5902> Acesso em: 25/10/2018

_____. Parecer 36/2001 da CEB/CNE – **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, DF.

BEZERRA NETO, L; BEZERRA, M. C. S. Educação do Campo: referenciais teóricos em discussão. In: _____. **Educação para o campo em discussão**: reflexões sobre o programa escola ativa. São José: Premier, 2011.

BORGES, H. S. Educação do campo como processo de luta por uma sociedade justa. In: GHEDIN, E. (Org.). **Educação do Campo**: epistemologias e práticas. São Paulo: Cortez, 2012.

CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho. Educação. Saúde**. v. 7, n. 01, p. 35 – 64, 2009.

CALDART, R. S.; et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DEMO, P. Pesquisa qualitativa: busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Rev.latino-am. Enfermagem**. v.6, n. 2, p. 89-104, abr. 1998.

FACCIO, S. F. A Educação do Campo e os movimentos sociais: uma trajetória de lutas. In: GHEDIN, E. (Org.). **Educação do Campo**: epistemologias e práticas. São Paulo: Cortez, 2012.

LIRA, D. A. N. ; MELO, A. D. D. A educação brasileira no meio rural: recortes no tempo e no espaço. In: I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra Pobreza e Desigualdade, 2010, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN. **Anais**. Natal/RN, 2010.

PERES, M. A. C. **Analfabetismo entre idosos no semiárido nordestino**. Salvador: EDUNEB, 2013.

SOUZA, E. C.; et. al. **Escola Rural**: diferenças e cotidiano escolar. Salvador: EDUFBA, 2017. 103 p. (Caderno Temático, 2).

PINTO, J. M. R. et al. O desafio da Educação do Campo. In. BOF, A. M. et al.(Org.). **A educação no Brasil rural**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.